

IMILEGATE



Independent member

Morison Global

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022 E 2021
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL



SÃOCAMILO

SÃOCAMILO
Mario L. Kozik
Superintendente
Sede
CNPJ 14.147.784

São Paulo, 23 de março de 2023.

À
BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL
São Paulo - SP

Prezados Senhores

Pela presente, encaminhamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 da **BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL**, preparadas pela administração, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP033482/O-3



Assinado de forma digital
por VAGNER ALVES DE
LIRA:04095762802
Dados: 2023.03.27 10:28:24
-03'00'

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

11
8

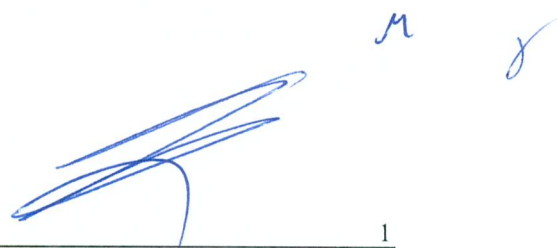
SÃO CAMILIANA DO SUL
Mário L. Kozik
superintendente
Sede
CNPJ 116.785

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021
Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Índice

	Páginas
Relatório da Administração.....	2
Relatório do Auditor Independente	5
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial Ativo e Passivo.....	8-9
Demonstração do Resultado	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	13



BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

CNPJ - 83.506.030/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Beneficência Camiliana do Sul submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações financeiras, o relatório dos auditores independentes e o Relatório da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Aspectos sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na 'performance' da sociedade /entidade e/ou no resultado do exercício

O ano de 2022 ainda trouxe, reflexos do Covid-19, ano em que o mundo retomou com suas atividades corriqueiras do dia a dia. Aos poucos “aprendemos” a conviver e seguir com a vida, depois de muitas mudanças, muitas em função do que a pandemia trouxe ao convívio das pessoas.

No Brasil foi um ano de mudanças de governo, houve eleições para presidente. Muitas expectativas no meio político que refletem na economia de modo geral. Ainda teve copa do mundo.

Sobre a Beneficência Camiliana do Sul (BCS)

No mesmo ano, a BCS somou mais de seis mil colaboradores, distribuídos em suas unidades fixadas em municípios de nove estados brasileiros.

Ao priorizar pela evolução contínua e a entrega de resultados com qualidade, a Instituição transcorre pelos princípios éticos, morais e legais, privilegiando a transparência em todas as suas relações, a honestidade e o respeito aos seus diferentes públicos.

A Beneficência Camiliana do Sul conseguiu avançar, obtendo conquistas importantes, graças a uma gestão marcada por planejamento, sustentabilidade e objetivos na busca de eficiência e equilíbrio do resultado operacional e ofertando um serviço de excelente qualidade.

Em prol da sustentabilidade buscou-se fortalecer as relações com os Entes Públicos e se posicionar no cenário da saúde pública. Sempre respeitando as diretrizes de compliance, integridade e os princípios éticos, a equipe técnica manteve uma agenda intensa com as Autoridades em prol da captação de novos recursos.





Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

Na busca contínua pelo crescimento sustentável foi investido pela Beneficência Camiliana do Sul, com recursos próprios, em 2022, o valor de R\$ 26.065.811,09 em melhorias, sendo em substituição e aquisição de equipamentos, como forma de garantir aos clientes o acesso às mais avançadas tecnologias em saúde e em edificações para ampliar a capacidade de atendimento aos clientes.

Em relação a Promoção e Prevenção da Saúde, a Beneficência Camiliana do Sul por meio do seu plano de saúde, Plano de Saúde São Camilo, foram investidos cerca de R\$ 253.949,88 em projetos focados em promover, garantir, incentivar e cuidar da saúde do usuário.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

No que se refere a capacidade financeira e investimentos, a Beneficência Camiliana do Sul, sempre muito consciente do seu papel social luta continuamente para gerar resultado e manter um caixa consistente, garantindo investimentos, avanços e o fortalecimento da Instituição.

Em relação a capacidade financeira, Beneficência Camiliana do Sul, possui intenção e capacidade de manter seus investimentos até a data do vencimento.

Cenário da Saúde Suplementar

A saúde suplementar finalizou o ano de 2022 com mais de 46 milhões de beneficiários ativos em planos de saúde no Brasil de acordo com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, o que confirma o interesse dos brasileiros no acesso à saúde suplementar, porém número menor se comparado a 2021.

Performance do exercício

O ano de 2022 findou positivo em relação ao número de beneficiários, quando comparamos com o ano anterior, totalizando mais de 69 mil beneficiários.

Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto

No ano de 2022 não houve alterações no controle direto da Operadora.



SÃO CAMILO

Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte

A expectativa da administração é a de conduzir os melhores esforços em manutenção da atual base de beneficiários e estrito controle técnico dos custos assistenciais, também estamos conduzindo esforços comerciais no intuito de capturar novos beneficiários.

Política de destinação de superávit

Com relação a política de destinação de superávit a administração da Beneficência Camiliana utiliza na expansão e melhoria de suas atividades, de acordo com seus objetivos estatutários.

A Beneficência Camiliana do Sul vem mantendo esforços para continuar evoluindo nos seus resultados através da busca constante de novas parcerias e mercados, na captação de recursos públicos para suas atividades sociais, na otimização de processos e custos, na busca por inovação e no fomento da cultura de eficiência operacional. A Beneficência Camiliana do Sul segue firme honrando os compromissos assumidos com as comunidades abrangidas pelos seus trabalhos, exercício pleno da responsabilidade social.

São Paulo – SP, 31 de janeiro de 2023.

Mateus Locatelli

MATEUS LOCATELLI

CPF: 047.394.789-78

Presidente

MATEUS LOCATELLI
Presidente
Beneficência Camiliana do Sul

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.


MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP033482/O-3



Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº SP222941/O-8

Assinado de forma digital
por VAGNER ALVES DE
LIRA:04095762802
Dados: 2023.03.27
10:29:00 -03'00'





Beneficência Camiliana do Sul
Balço Patrimonial Ativo
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)
CNPJ- 83.506.030/0001-00

Contas	Nota	2022	2021
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		155.599.943,36	160.471.498,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	5.756.737,84	3.834.179,13
Realizável		149.843.205,52	156.637.319,66
Aplicações Financeiras		92.667.697,29	109.638.842,84
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	3.1	28.207.139,27	24.643.299,33
Aplicações Livres	3.2	64.460.558,02	84.995.543,51
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	2.2(c)	23.011.102,10	21.563.946,55
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		20.277.496,41	18.255.423,21
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		2.733.605,69	2.345.880,70
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	962.642,64
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	4	27.722.006,05	18.309.528,81
Créditos Tributários e Previdenciários	5	207.713,06	65.274,17
Bens e Títulos a Receber	6	6.173.859,70	7.023.674,90
Despesas Antecipadas		60.827,32	36.052,39
ATIVO NÃO CIRCULANTE		171.110.295,61	155.419.626,12
Realizável a Longo Prazo	7	2.292.290,71	2.316.300,60
Títulos e Créditos a Receber		20.800,00	20.800,00
Depósitos Judiciais e Fiscais		2.253.101,71	2.253.101,71
Outros Créditos a Receber		18.389,00	42.398,89
Imobilizado	8	168.183.350,02	152.368.843,75
Imóveis de Uso Próprio		36.096.684,14	37.080.969,43
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		18.503.685,28	19.101.068,15
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		17.592.998,86	17.979.901,28
Imobilizado de Uso Próprio	8 - A	38.983.629,91	36.857.041,88
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		36.832.666,38	34.899.632,85
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		2.150.963,53	1.957.409,03
Imobilizações em Curso	8 - A	66.282.980,09	77.964.837,53
Outras Imobilizações	8 - A	26.820.055,88	465.994,91
Intangível	8 - B	634.654,88	734.481,77
TOTAL DO ATIVO		326.710.238,97	315.891.124,91

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



Beneficência Camiliana do Sul
Balanco Patrimonial Passivo
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)
CNPJ- 83.506.030/0001-00

Contas	Nota	2022	2021
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		83.127.720,61	69.266.284,74
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	41.255.013,13	36.436.560,06
Provisões de Prêmios / Contraprestações		5.146.779,21	4.650.422,28
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	13 (b)	5.146.779,21	4.650.422,28
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	13 (c)	780.933,35	872.916,71
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	13 (a)	15.496.966,39	14.389.794,33
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	13 (d)	19.830.334,18	16.523.426,74
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		-	540.313,20
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	14	-	540.313,20
Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	15	14.433.853,11	11.357.463,25
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	3.067.109,60	2.732.261,16
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		4.863.759,49	-
Débitos Diversos	17	19.507.985,28	18.199.687,07
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		25.064.056,58	21.381.998,49
Provisões		24.804.690,78	21.122.632,69
Provisões para Demandas Judiciais	18	24.804.690,78	21.122.632,69
Débitos Diversos		259.365,80	259.365,80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		218.518.461,78	225.242.841,68
Patrimônio Social		225.242.841,68	188.714.746,11
Resultado do Exercício		(6.724.379,90)	36.528.095,57
TOTAL DO PASSIVO		326.710.238,97	315.891.124,91

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras




SÃOCAMILO


Beneficência Camiliana do Sul
Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)
CNPJ- 83.506.030/0001-00

Contas	Nota	2022	2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		192.314.093,41	185.500.433,00
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		192.314.093,41	185.500.433,00
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		192.314.093,41	185.500.433,00
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	0,00
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(183.455.551,10)	(155.242.550,62)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(180.148.643,66)	(153.471.348,39)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(3.306.907,44)	(1.771.202,23)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		8.858.542,31	30.257.882,38
Outras Receitas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde		1.755.395,09	1.721.686,68
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	19	252.507.241,30	252.992.147,04
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)	19	81.778.772,48	86.433.500,31
Outras Receitas Operacionais	19	170.728.468,82	166.558.646,73
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(6.225.885,22)	(5.788.893,75)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(4.451.841,42)	(5.110.273,54)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(887.047,22)	(569.070,04)
Perdas Esperadas Sobre Créditos		(886.996,58)	(109.550,17)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	20	(248.929.622,15)	(227.540.628,45)
RESULTADO BRUTO		7.965.671,33	51.642.193,90
Despesas de Comercialização		(1.328.800,83)	(1.335.633,46)
Despesas Administrativas	21	(27.459.047,95)	(19.607.928,06)
Resultado Financeiro Líquido		13.847.043,74	5.520.876,53
Receitas Financeiras		15.516.890,16	6.619.207,57
Despesas Financeiras		(1.669.846,42)	(1.098.331,04)
Resultado Patrimonial		250.753,81	308.586,66
Receitas Patrimoniais		250.760,09	308.586,66
Despesas Patrimoniais		(6,28)	0,00
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(6.724.379,90)	36.528.095,57
DÉFICIT LÍQUIDO / SOBRAS LÍQUIDAS		(6.724.379,90)	36.528.095,57

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

 SÃO CAMILO			
Beneficência Camiliana do Sul Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido a os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em Reais) CNPJ - 83.506.030/0001-00			
	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
SALDOS EM 31/12/2020	142.490.143,12	46.224.602,99	188.714.746,11
Incorporação do Superávit do exercício anterior	46.224.602,99	(46.224.602,99)	-
Superávit do Exercício	-	36.528.095,57	36.528.095,57
SALDOS EM 31/12/2021	188.714.746,11	36.528.095,57	225.242.841,68
Incorporação do Superávit do exercício anterior	36.528.095,57	(36.528.095,57)	-
Déficit do Exercício	-	(6.724.379,90)	(6.724.379,90)
SALDOS EM 31/12/2022	225.242.841,68	(6.724.379,90)	218.518.461,78

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras





SÃOCAMILO

Beneficência Camiliana do Sul
Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

CNPJ - 83.506.030/0001-00

Método Direto

Contas	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	213.615.479,71	199.867.404,86
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	19.385.482,03	10.243.221,10
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	8.253.699,87	3.985.579,61
(+) Outros Recebimentos Operacionais	281.741.960,68	254.674.975,56
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(320.034.481,39)	(279.645.045,75)
(-) Pagamento de Comissões	0,00	(185.778,31)
(-) Pagamento de Pessoal	(84.770.333,94)	(74.226.959,65)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(26.298.294,86)	(22.226.609,40)
(-) Pagamento de Tributos	(4.157.578,51)	(4.099.522,37)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(3.671.869,20)	(3.470.957,22)
(-) Pagamento de Aluguel	(2.146.841,53)	(1.645.530,77)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(2.972.456,67)	(2.664.571,34)
(-) Aplicações Financeiras	(4.027.424,47)	(15.051.626,23)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(53.346.261,64)	(30.370.938,42)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	21.571.080,08	35.183.641,67
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento por Aquisição de Ativo Imobilizado	(23.482.121,19)	(33.818.230,82)
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível	(1.030.159,67)	(111.021,48)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(24.512.280,86)	(33.929.252,30)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	5.316.435,61	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(452.676,12)	(231.952,55)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	4.863.759,49	(231.952,55)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.922.558,71	1.022.436,82
DEMONSTRADO COMO SEGUE:		
CAIXA – Saldo Inicial	3.834.179,13	2.811.742,31
CAIXA - Saldo Final	5.756.737,84	3.834.179,13
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.922.558,71	1.022.436,82
Ativos Livres no Início do Período (*)	88.829.722,64	81.002.314,99
Ativos Livres no Final do Período (*)	70.217.295,86	88.829.722,64
Aumento/(Diminuição) dos Recursos livres	(18.612.426,78)	7.827.407,65

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

Obs: Demonstramos na nota explicativa nº 20 a conciliação entre o superávit do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais, conforme determinado pela CPC 03 - item 20.A

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

CNPJ 83.506.030/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL**, denominada simplesmente **BENEFICÊNCIA**, é uma associação civil de direito privado, de caráter confessional católico, filantrópica entidade beneficente de assistência social com atuação exclusivamente na área da saúde, de fins não lucrativos, apolítica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é mantenedora de 8(oito) filiais (hospitais) sediados na região sul do país, possui atividade de operadora de plano de saúde na matriz e em 14(quatorze) filiais em diversas localidades do País. Está registrada como Operadora de Planos de Saúde junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 31.829-9, e tem como finalidades estatutárias:

- I. Prestar assistência à Saúde a tantos quantos demandares os seus serviços, inclusive nas áreas de prevenção, tratamento e recuperação de dependentes químicos;
- II. Desenvolver atividades educacionais, tanto na área religiosa como na área de Saúde, podendo para tanto fundar e manter estabelecimentos de Educação e de ensino nos moldes recomendados e preconizados no Título VIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a Ordem Social;
- III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias;
- IV. Prestar serviços de assistência social aos menores, aos adolescentes e a todos aqueles que necessitarem de amparo social;
- V. Organizar atividades que permitam a formação de profissionais que queiram dedicar-se à área da Saúde aprimorando a qualidade de recursos humanos especializados;
- VI. Apoiar instituições com objetivos afins, para promover atividades conjuntas em parceria, podendo manter intercâmbios educacionais, culturais, beneficentes e informativos;
- VII. Apoiar, promover e desenvolver cursos de capacitação atualização e aperfeiçoamento profissional, bem como ministrar cursos, palestras, congressos, seminários, simpósio, conferências. presenciais ou na modalidade digital, podendo comercializar e disponibilizar material didático e científico relacionado com sua are de atuação;
- VIII. Operar planos de saúde conforme legislação em vigor;
- IX. Desenvolver a Pastoral da Saúde, propiciando atenção integral a pessoa.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC); regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e, também a ITG 2002 (R1) – Resolução 1409/2012, que preconiza critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para sua conclusão foi em 31 de janeiro de 2023.

b. Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada de outra forma em nota explicativa.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Entidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros que possam ser afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1. Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Entidade para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2. Passivos financeiros

A Entidade reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.



Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem valores em espécie, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituição de primeira linha e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, as aplicações estão divididas entre aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.

As aplicações financeiras vinculadas condizem às provisões técnicas para garantir o pagamento dos Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), conforme determinado na Subseção III da Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009 da ANS, para que as Operadoras de Plano de Saúde garantam financeiramente suas operações.

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e;

Garantidoras de provisões técnicas: Visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2017. Possuem, em sua maioria, cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

M
6

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde. As Perdas Sobre Créditos (PPSC) é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber, constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento, e 90 dias para os demais casos. A Administração da Entidade, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir sua realização.

e) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. As perdas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas por um montante julgadas suficiente para eventuais perdas na realização dos referidos créditos.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados a valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.



A Entidade avaliou os saldos e concluiu que para as demonstrações financeiras de 2022 não há operações de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que necessitem ser ajustadas.

g) Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção mais a reavaliação, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis ao ativo necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. A reavaliação é para os grupos de terrenos, edificações e veículos. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com respectiva despesa lançada no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g.4 Avaliação do valor recuperável de ativos (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

M
8

A Administração da Entidade revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da entidade entende que não há a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

- **Provisão de prêmios ou contribuições não ganhas – PPCNG:** caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de receita de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.
- **Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS:** provisão face as demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
- **Provisão para eventos/ sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais:** representado pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.
- **Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** A operadora possui o montante apresentado no quadro de provisão técnica com base nos percentuais definidos pela ANS e reconhecida em montante integral.





i) Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:



Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis normalmente são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

m) Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no Circulante, e as com prazos superiores, no Não Circulante.

n) Demonstração do superávit do exercício.

As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência.

o) Patrimônio Líquido

O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

p) Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não ocorreram movimentações de outros resultados abrangentes no exercício de 2022.

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa Geral	40.012,00	24.180,00
Valores em Trânsito	422.085,04	409.021,43
Contas Correntes – Bancárias	5.294.640,80	3.400.977,70
	5.756.737,84	3.834.179,13

3.1. APLICAÇÕES GARANTIDORA DE PROVISÕES TÉCNICAS

	2022	2021
CDB Flex Empresarial - CEF	4.680.961,04	3.935.981,50
CAIXA FIC TOP REF DI LP	5.304.310,56	4.458.300,85
BB RF LP Dedic ANS	3.056.091,84	2.726.226,66
CAIXA FI Saúde Suplementar – ANS	15.165.775,83	13.522.790,32
	28.207.139,27	24.643.299,33

As aplicações garantidoras de provisões técnicas, estão substancialmente compostas, por aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

3.2. APLICAÇÕES LIVRES

	2022	2021
CDB Caixa Econômica Federal	13.079,55	32.877,71
RDC Sicoob Crediauc	192.168,88	143.464,43
CDB Flex Empresarial - CEF	23.376.752,14	34.171.208,08
Caixa FIC Giro Empresarial RF	90.209,53	477.328,85
Caixa FI Mega Referenciado DI	305.698,53	-
Banco Contas Aplicações - Hospitais	40.482.649,39	50.170.664,44
	64.460.558,02	84.995.543,51

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	2022	2021
Créditos com Pacientes Particulares e Convênios	13.258.749,90	9.846.473,33
Crédito Convênio Entidades Públicas	2.199.080,18	274.426,92
Créditos de Pacientes do SUS	9.788.302,21	10.372.380,76
(-) Perdas esperadas de créditos	(1.490.820,51)	(5.282.665,56)
Adiantamentos de Fornecedores	389.928,16	1.414.102,70
Adiantamentos Funcionários	1.413.794,73	1.408.776,15
Outras contas a Receber	602.378,96	276.034,51
Créditos Pacientes Pré-Faturamento	1.560.592,42	0,00
Total	27.722.006,05	18.309.528,81



5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2022	2021
INSS a recuperar	11.701,99	11.701,99
ISS a recuperar	196.011,07	53.572,18
Total	207.713,06	65.274,17

6. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2022	2021
Estoques	4.385.548,71	5.604.429,41
Outros Bens e Títulos a Receber	1.788.310,99	1.419.245,49
Total	6.173.859,70	7.023.674,90

7. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2022	2021
Títulos e Créditos a Receber	20.800,00	20.800,00
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos	1.811.644,74	1.811.644,74
Depósitos Judiciais - Cíveis	353.730,72	353.730,72
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	87.726,25	87.726,25
Outros Créditos à Receber	18.389,00	42.398,89
Total	2.292.290,71	2.316.300,60

8. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Demonstrado como segue:

IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Taxa Depr.
Imóveis - Hospitalares					
Terrenos	8.113.338,18	-	-	8.113.338,18	-
Edificações	22.959.190,50	-	-	22.959.190,50	4%a.a.
Total Imóveis - Hospitalares	31.072.528,68	-	-	31.072.528,68	
(-) Depreciação acumulada	(11.971.460,53)	(597.382,87)	-	-12.568.843,40	
Total Imóveis - Hospitalares - Líquido	19.101.068,15	(597.382,87)	-	18.503.685,28	



IMÓVEIS - NÃO HOSPITALARES	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Taxa Depr.
Terrenos	5.040.155,35	-	-	5.040.155,35	-
Edificações	18.159.897,28	349.851,81	-	18.509.749,09	4%a.a.
Total Imóveis - Não Hospitalares	23.200.052,63	349.851,81	-	23.549.904,44	
(-) Depreciação Acumulada	(5.220.151,35)	(736.754,23)	-	(5.956.905,58)	
Total Imóveis - Não Hospitalares Líquido	17.979.901,28	(386.902,42)	-	17.592.998,86	
TOTAL DE IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	37.080.969,43	(984.285,29)	-	36.096.684,14	

IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Taxa Depr.
Instalações	2.025.640,16	151.790,52	(752,50)	2.176.678,18	10%a.a.
Máquinas e equipamentos	56.017.904,63	5.092.998,84	(72.993,21)	61.037.910,26	10%a.a.
Equipamentos de Proc. Eletrônico de Dados	4.968.592,48	388.611,71	(31.331,00)	5.325.873,19	20%a.a.
Móveis e utensílios	22.095.337,19	3.005.183,58	(204.330,99)	24.896.189,78	10%a.a.
Veículos	1.224.086,71	400.349,33	(225.384,85)	1.399.051,19	20%a.a.
Total Imobilizado Hospitalares	86.331.561,17	9.038.933,98	(534.792,55)	94.835.702,60	
(-) Depreciação acumulada	(51.431.928,32)	(7.046.532,00)	475.424,10	(58.003.036,22)	
Total Imobilizado Hospitalares Líquido	34.899.632,85	1.992.401,98	(59.368,45)	36.832.666,38	

NÃO HOSPITALARES	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Taxa Depr.
Instalações	286.000,79	977,80	-	286.978,59	10%a.a.
Máquinas e Equipamentos	1.244.146,60	21.505,04	(3.378,00)	1.262.273,64	10%a.a.
Equipamentos de Proc. Eletrônico de Dados	1.361.204,06	186.226,84	-	1.547.430,90	10%a.a.
Móveis e utensílios	1.421.198,07	196.134,36	(1.400,00)	1.615.932,43	10%a.a.
Veículos	1.321.564,99	379.687,27	(131.929,03)	1.569.323,23	20%a.a.
Total Imobilizado Não Hospitalares	5.634.114,51	784.531,31	(136.707,03)	6.281.938,79	
(-) Depreciação acumulada	(3.676.705,48)	(595.620,53)	141.350,75	(4.130.975,26)	
Total Imobilizado Não Hospitalares Líquido	1.957.409,03	188.910,78	4.643,72	2.150.963,53	
IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO	36.857.041,88	2.181.312,76	(54.724,73)	38.983.629,91	

IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	31/12/2021	Adições	Baixas / Transf.	31/12/2022
Hospitalares				
Imóveis em construção	42.512.681,68	1.417.752,74	(26.628.066,74)	17.302.367,68
Outras imobilizações	32.575.686,09	15.505.850,80	(1.186.604,98)	46.894.931,91
Total Imobilizações em Curso Hospitalares	75.088.367,77	16.923.603,54	(27.814.671,72)	64.197.299,59
Não Hospitalares				
Imóveis em construção	2.413.424,86	124.282,35	(452.026,71)	2.085.680,50
Outras imobilizações	463.044,90	-	(463.044,90)	-
Total de Imobilizações em Curso Não Hospitalares	2.876.469,76	124.282,35	(915.071,61)	2.085.680,50
TOTAL DE IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	77.964.837,53	17.047.885,89	(28.729.743,33)	66.282.980,09

OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	31/12/2021	Adições	Baixas / Transf.	31/12/2021	Taxa Deprec.
Hospitalares					
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	484.548,39	27.046.566,52	-	27.531.114,91	10% a.a.
Total de Outras Imobilizações Hospitalares	484.548,39	27.046.566,52	-	27.531.114,91	
Não Hospitalares					
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	53.509,98	463.044,90	-	516.554,88	10% a.a.
Total de Outras Imobilizações Não Hospitalares	53.509,98	463.044,90	-	516.554,88	
(-) Depreciação- Outras Imobilizações	(72.063,46)	(1.155.550,45)	-	(1.227.613,91)	
TOTAL OUTRAS IMOBILIZAÇÕES HOSPITALARES	465.994,91	26.354.060,97	-	26.820.055,88	

IMOBILIZADO TOTAL	152.368.843,75	55.347.589,26	(39.533.082,99)	168.183.350,02
--------------------------	-----------------------	----------------------	------------------------	-----------------------

b) Intangível

Intangível - Hospitalar	2021	Adições	Baixas	2022	Taxa Amortização
Direito de Uso	1.331.851,31	10.887,26	-	1.342.738,57	20% a.a.
Total	1.331.851,31	10.887,26	-	1.342.738,57	
Amortização Acumulada	(669.435,04)	(119.769,48)	-	(789.204,52)	
Intangível Líquido	662.416,27	(108.882,22)	-	553.534,05	

Intangível – Não Hospitalar	2021	Adições	Baixas	2022	Taxa Amortização
Direito de Uso	329.058,07	53.852,75	(5.460,82)	377.450,00	20% a.a.
Total	329.058,07	53.852,75	(5.460,82)	377.450,00	
Amortização Acumulada	(256.992,57)	(129.035,91)	89.699,31	(296.329,17)	
Intangível Líquido	72.065,50	-75.183,16	84.238,49	81.120,83	

TOTAL DO INTANGÍVEL	734.481,77	(184.065,38)	84.238,49	634.654,88
----------------------------	-------------------	---------------------	------------------	-------------------

9. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A Entidade mantém relatório de atividades que demonstram no exercício de 2022 o cumprimento do percentual acima do mínimo de 60% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia. A Entidade realizou, ainda, atendimentos à pacientes externos do SUS superior a 10,00%. De forma adicional, prestou serviços ao SUS em ações complementares de saúde, cumprindo o que determina a Lei Complementar nº 187/2021 (em vigor a partir de 16/12/2021), que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE).

10. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A instituição é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria nº 8 - SAS/MS, de 20/01/2023, publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 17, de 24/01/2023, com validade de 01/01/2022 a 31/12/2024.

11. GRATUIDADES: RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS

Representa o total de recursos aplicado no ano no atendimento à população em geral em caráter benevolente. A montante registrado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS – Sistema Único de Saúde - durante o exercício de 2022 no montante de R\$ 102.227.760,18 (em 2021 de R\$ 155.205.656,90).

12. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS USUFRUÍDAS

Em atendimento à Lei Complementar nº 187/2021(em vigor a partir de 16/12/2021), à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 e a ITG 2002 (R1) de 02 de setembro de 2015, são objeto de renúncia fiscal em razão da imunidade tributária preconizada no art. 150, inciso VI letra “C” e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 1988 os seguintes tributos em 2021: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; PIS sobre Faturamento; Imposto sobre Operações Financeiras; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Também as contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas são assim compostas:

Isenção Usufruída	2022	2021
INSS – Quota Patronal	22.459.290,46	19.651.802,96
COFINS	18.495.569,83	17.885.682,41
CSLL	-	3.784.553,80
Total	40.954.860,29	41.322.039,17

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A ANS, por meio da Resolução RN nº 160/2007 e posteriores alterações, passou a exigir das operadoras a constituição de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. A Entidade está sujeita a apresentar Patrimônio Mínimo Ajustado, o patrimônio social ajustado e sua margem de solvência total do exercício no Documento de informações periódicas das Operadoras de Planos de Saúde – DIOPS/ANS do 4º trimestre.

A diversificação de ativos garantidores dessas provisões corresponde às aplicações atendendo aos critérios estabelecidos pela Resolução da ANS. A aplicação financeira está lastreada no segmento de renda detalhado na nota explicativa nº 3.1, com o saldo de R\$ 28.207.139,27 como ativos garantidores. Há, ainda, um imóvel (edificação e terreno) que passou a ser vinculado a ANS a partir de janeiro de 2020 no valor de R\$ 7.684.172,10.

O saldo de provisões técnicas de operações de assistência à saúde representa:

Passivo Circulante	2022	2021
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (a)	15.496.966,39	14.389.794,33
Provisões de Prêmios/Contraprestação não ganha – PPCNG (b)	5.146.779,21	4.650.422,28
Provisão Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS (c)	780.933,35	872.916,71
Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA (d)	19.830.334,18	16.523.426,74
	41.255.013,13	36.436.560,06

(a) **Provisão de eventos/sinistros a liquidar:** Representa valores relativos à prestação de serviços médicos credenciados efetuados para a Entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS. Os valores dos eventos indenizáveis são registrados na data em que o prestador entra em contato com a operadora, em conformidade a Resolução Normativa - RN Nº 393, de 9 de dezembro de 2015.

A composição por vencimento do saldo da provisão de eventos/sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2022 é conforme segue:

	2022	2021
Em Aberto há 30 dias	13.336.701,00	12.866.683,77
Em Aberto há 60 dias	2.160.265,39	1.523.110,56
Total	15.496.966,39	14.389.794,33



- (b) **Provisões de Prêmios/Contraprestação não ganha – PPCNG:** constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores. Em 2021 contempla também a Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha – PPCNG, que foi identificada a contabilizada separadamente em 2022, conforme demonstrado acima.
- (c) **Provisão Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS:** Nesta conta são registrados os valores de provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS e esses valores são registrados através dos Avisos de Beneficiários Identificados – ABI, cadastrados no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que por sua vez indica o saldo a ser provisionado a pagar pelo plano de saúde.
- (d) **Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA:** Registrada no Passivo Circulante, é destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorridos e não avisados. A operadora possui o montante apresentado no quadro de provisões técnicas com base nos percentuais definidos pela ANS, através da Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores, reconhecida em montante integral.

14. RECEITA ANTECIPADA DE CONTRAPRESTAÇÃO/PRÊMIOS

	2022	2021
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Assistência Médica		
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Individual	-	328.496,35
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Coletivo	-	146.378,84
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Copart	-	65.438,01
Total de Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente - Assistência Médica	-	540.313,20

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANO DE SAÚDE DA OPERADORA

	2022	2021
Prestadores de Serviços de Saúde	10.856.179,84	9.524.594,49
Outras Obrigações	3.577.673,27	1.832.868,76
Total	14.433.853,11	11.357.463,25

16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2022	2021
INSS	71.319,15	63.171,27
FGTS	107.006,77	93.828,91
Outras obrigações e retenções a recolher	2.888.783,68	2.575.260,98
Total	3.067.109,60	2.732.261,16

17. DÉBITOS DIVERSOS

	2022	2021
Salários a pagar	4.394.834,29	3.872.558,18
férias e encargos a pagar	1.498.417,29	1.280.957,21
Obrigações trabalhista nos hospitais	5.700.287,44	5.037.875,74
Fornecedores	7.668.182,11	7.650.283,94
Outros Débitos a Pagar	246.264,15	358.012,00
Total	19.507.985,28	18.199.687,07

18. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão. Em 2022, foi complementada a provisão no montante de R\$ 3.682.058,09, totalizando o valor de R\$ 24.804.690,78, sendo dividida por esfera jurídica como segue:

	2022	2021
Tributária	1.811.644,74	23.140,57
Civil	17.991.278,13	14.249.652,17
Trabalhista	5.001.767,91	6.849.839,95
	24.804.690,78	21.122.632,69

Para fins de divulgação, as perdas consideradas possíveis representam R\$ 61.684.317,40.

19. RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	2022	2021
Receitas Operacionais com o Serviço Único de Saúde		
Receita SUS - Pacientes Internados	50.482.089,32	54.764.403,24
Receita SUS - Pacientes Externos	24.316.782,63	20.404.487,48
Receita SUS - Incentivo a Contratualização - IAC	6.690.592,68	11.124.015,46
Receita SUS - Integrasus	289.307,85	140.594,13
Receitas Operacionais com o Serviço Único de Saúde	81.778.772,48	86.433.500,31
(-) Dedução de Receitas com o SUS	-	-
TOTAL DE RECEITA COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (SUS)	81.778.772,48	86.433.500,31

	2022	2021
Receitas com Prestação de Serviços - Hospitais		
Receitas Particulares - Internos	12.134.627,30	9.674.863,68
Receitas de Convênios - Externos	13.319.936,24	12.336.469,76
Receita Convênios Pacientes Internados (Plano/OPS)	55.251.031,87	59.736.370,23
Receita Convênio Pacientes Externos (Plano/OPS)	48.993.240,13	37.198.301,26
Receita Convênio Entid. de Governo (Fed., Est., Munic.)	14.913.899,52	12.535.221,35
(-) Glosa de Convênios	(1.273.512,51)	(1.078.262,85)
Receitas Pré-Faturamento	1.609.936,36	0,00
Subtotal – Receitas com prestação de serviços - hospitais	144.949.158,91	130.402.963,43
Outras Receitas Operacionais - Hospitais		
Gratuidade Custo	102.227.760,18	155.205.656,90
(-) Gratuidade Isenção	(102.227.760,18)	(155.205.656,90)
Serviço Voluntário	16.503,19	16.503,19
Doações	354.077,94	2.363.078,54
Subvenção	23.990.874,45	32.839.733,47
Receita com Aluguéis	285.901,05	-
Outras Receitas Operacionais	1.131.953,28	936.368,10
SUBTOTAL TOTAL DE OUTRAS RECEITAS- HOSPITAIS	25.779.309,91	36.155.683,30
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - HOSPITAIS	170.728.468,82	166.558.646,73

TOTAL DE RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA	252.507.241,30	252.992.147,04
---	-----------------------	-----------------------



20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	2022	2021
Ordenados e Encargos Sociais	(59.012.935,06)	(52.663.910,85)
Serviços de terceiros	(93.045.046,13)	(81.817.051,08)
Materiais e Medicamentos	(53.431.051,02)	(53.300.732,08)
Despesas Gerais	(42.923.617,74)	(39.040.785,72)
Impostos e Contribuições	(297.855,56)	(263.962,50)
Provisão Serviços de Terceiros Pré-Faturamento	(103.502,45)	-
Outras despesas operacionais	(99.111,00)	(437.683,03)
Serviço Voluntário	(16.503,19)	(16.503,19)
Contribuição Previdenciária patronal - Custo	(22.459.290,46)	(15.532.628,64)
(-) Contribuição Previdenciária Patronal - Isenção	22.459.290,46	15.532.628,64
Cofins - Custo	(18.496.229,96)	(10.229.262,00)
(-) Cofins Isenção	18.496.229,96	10.229.262,00
CSLL - Custo	(1.532.851,59)	(2.575.108,83)
CSLL - Isenção	1.532.851,59	2.575.108,83
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA	(248.929.622,15)	(227.540.628,45)

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Despesas com Pessoal Próprio	(14.004.125,00)	(10.670.533,27)
Despesas com Serviços de Terceiros	(3.494.325,15)	(2.976.164,77)
Despesas com Localização e Funcionamento	(5.193.895,44)	(4.483.998,74)
Despesas com Publicidade e Propaganda Institucional	(2.282.336,30)	(2.339.399,67)
Despesas om Tributos	(100.879,36)	(119.373,72)
Despesas com Multas Administrativas	(92.160,00)	(1.848,37)
Despesas Administrativas Diversas	(2.291.326,70)	983.390,48
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(27.459.047,95)	(19.607.928,06)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Déficit acumulado

O déficit acumulado em 2022 de R\$ 6.724.379,90 deve ser incorporado ao patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária da Entidade.

23. CONCILIAÇÃO ENTRE RESULTADO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração Dos Fluxos De Caixa, apresentamos abaixo a conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.
Fundamentação: CPC 03 (R2) - Item 20.A, a seguir:

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
Resultado líquido	(6.724.379,90)	36.528.095,57
Ajustes para conciliar o caixa		
Depreciação / amortização e baixas	8.797.601,48	6.857.854,53
Provisões de Prêmios / Contraprestações	496.356,93	143.034,50
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	3.306.907,44	1.771.202,23
Provisões para demandas judiciais	3.682.058,09	(349.411,68)
Resultado Líquido Ajustado	9.558.544,04	44.950.775,15
Variações nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras	16.971.145,55	(7.320.948,65)
Créditos de operações com planos de saúde de assistência à saúde	(1.447.155,55)	(216.390,75)
Créditos de operações. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(9.412.477,24)	(2.077.320,38)
Créditos Tributários e Previdenciários	(142.438,89)	(65.274,17)
Bens e Títulos a Receber	849.815,20	(1.268.947,69)
Despesas Antecipadas	(24.774,93)	1.421,18
Títulos e Créditos a Receber	-	(20.800,00)
Depósitos Judiciais e Fiscais	-	(19.238,51)
Outros Créditos a Receber	24.009,89	(42.398,89)
Variações nos passivos operacionais		
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	(91.983,36)	(116.736,71)
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	1.107.172,06	565.660,71
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(540.313,20)	(1.045.738,88)
Débitos com Operações. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	3.076.389,86	(604.005,92)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	334.848,44	458.703,88
Débitos Diversos	1.308.298,21	2.935.515,50
Débitos Diversos	-	(930.634,20)
Caixa líquido das atividades operacionais	21.571.080,08	35.183.641,67

24. SERVIÇO VOLUNTÁRIO

De acordo com a Resolução ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade sobre divulgação do trabalho voluntário, inclusive, quando for o caso, de membros integrantes dos órgãos da administração e conselheiros, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, sendo seu valor demonstrado na composição da nota explicativa nº 20.

Os serviços voluntários obtidos foram reconhecidos pelo valor justo da prestação, estimado como base na tabela de remuneração praticada pela entidade, , sendo seu valor demonstrado na composição da nota explicativa nº 19.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade mantém ativos e passivos financeiros, como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e empréstimos e financiamentos. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios.

Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

As operações da Entidade estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, riscos de realização de contas a receber e riscos de ocorrência de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão para perdas sobre créditos. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração. ✓

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Entidade no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras, sistemas de controles internos e programas de prevenção à saúde para seus usuários de plano de saúde.

A Entidade encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.


As premissas de cobertura de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. COMPROMISSOS

No encerramento do período de 2022 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.



MATEUS LOCATELLI
CPF: 047.394.789-78
Presidente



MÁRIO LUÍS KOZIK
CPF: 019.169.489-49
Vice-Presidente

Responsável Técnico



JAIR GOMES DE ARAÚJO
CPF: 012.660.338-31

Contador CRC/SP – 123.639/O-5